

# Superior Tribunal de Justiça

## CARTA ROGATÓRIA Nº 14.703 - PT (2019/0179448-4)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**JUSROGANTE** : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LEIRIA - JUÍZO DE  
COMPETÊNCIA GENÉRICA DE PENICHE  
**INTERES.** : SAMUEL LOPES DOS SANTOS JÚNIOR  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL  
**A.CENTRAL** : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

### DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à intimação de SAMUEL LOPES DOS SANTOS JÚNIOR de sentença que o condenou pela prática de crime de condução de veículo sem habilitação legal.

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme o documento postal de fls. 27-28. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 29).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, apresentou impugnação às fls. 47-51. Requeru a concessão dos benefícios de justiça gratuita e sua própria intimação para acompanhar o presente feito, contando-se em dobro todos os prazos. Requeru também que a intimação fosse realizada por oficial de justiça. Afirmou que a carta rogatória não veio pelas vias consulares, não estando suprida a necessidade do carimbo do cônsul brasileiro.

Por fim, argumentou que inexistente interesse de agir do Estado requerente, pois o não cumprimento da condenação pelo interessado não produzirá nenhum efeito jurídico já que eventual pedido de extradição que venha a ser posteriormente formulado encontrará óbice no art. 5º da CF. No mérito, pleiteia que seja negado o pedido de concessão do *exequatur*.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem visto que a diligência não ofende a ordem pública nem a soberania nacional (fl. 39).

É o relatório. Decido.

**Defiro os benefícios da justiça gratuita e a intimação da Defensoria Pública da União nos termos do art. 44, I, da Lei Complementar n. 80/1994.**

Cabe esclarecer que a comissão foi encaminhada pela via diplomática, o que presume a autenticidade dos documentos. A tramitação oficial dispensa a tradução por profissional juramentado no Brasil e, nos presentes autos, os documentos que

# *Superior Tribunal de Justiça*

acompanham a comissão permitem a compreensão da controvérsia, não havendo comprometimento do direito de defesa.

Ademais, apesar de a intimação prévia ser procedimento preliminar da concessão do *exequatur*, os autos serão remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. A parte interessada ainda terá oportunidades para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

Quanto à ausência de interesse de agir, o pedido do Juízo rogante refere-se tão somente à notificação do interessado para ciência da sentença, e não à extradição do nacional. A alegação, portanto, é impertinente.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o *exequatur*.**

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado do Ceará, para as providências cabíveis.**

**Cumpra-se a diligência em 60 dias.**

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente